

**ANTROPOLOGIA E ENSINO:
A FORMAÇÃO DOCENTE À LUZ DOS MATERIAIS DIDÁTICOS**

***Anthropology and teaching:
teacher training in the light of didactic materials***

***Antropología y didáctica:
la formación del profesorado a la luz de los materiales didácticos***

Andréa Paiva

Doutora em Antropologia Humana (Antropologia Cultural), docente da Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: andreapaiva@id.uff.br

Áltera, João Pessoa, Número 17, 2024, e01711, p. 1-29.

ISSN 2447-9837



RESUMO:

O presente trabalho se centra na abordagem antropológica sobre cultura presente nos materiais didáticos de 2021 aprovados pelo Plano Nacional de Livros Didáticos (PNLD), sob a nova roupagem criada com o Novo Ensino Médio: a área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA). Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa área do conhecimento, integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia, se volta às seguintes categorias: tempo e espaço, território e fronteiras, indivíduo, natureza, sociedade, cultura, ética, política e trabalho. Descreveremos a parte cultural, visando a compreender como a Antropologia vem se fazendo presente nesse novo material didático. Trata-se de compreender e trazer para o debate a relação entre a Antropologia e a educação básica. Utilizaremos como metodologia a etnografia documental das obras da CHSA do ano de 2021 aprovadas pelo PNLD. Serão descritas seis coleções do total de catorze obtidas, uma vez que são aquelas mais utilizadas e observadas nas escolas onde os alunos de licenciatura em Ciências Sociais realizaram estágios durante o período de 2022 a 2023.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia. Novo Ensino Médio. BNCC. Material didático. Etnografia documental.

ABSTRACT:

The present work focuses on the anthropological approach to culture present in the 2021 teaching materials, approved by the National Plan for Textbooks (PNLD) under the new guise created with the New High School: the Applied Human and Social Sciences (CHSA) area of knowledge. According to the National Common Curricular Base (BNCC), this area of knowledge integrated by Philosophy, Geography, History and Sociology, focuses on the following categories: time and space; territory and borders; individual, nature, society, culture, ethics, politics and work. We will describe the cultural part in order to understand how Anthropology has been present in this new didactic material. It is about understanding and bringing to the debate the relationship between Anthropology and Basic Education. We will use as a methodology the documentary ethnography of the works of CHSA, from the year 2021, approved by the PNLD. Six works will be described out of a total of fourteen obtained, as they are one of the most used and observed in schools where undergraduate students in Social Sciences carried out internships during the period from 2022 to 2023.

KEYWORDS: Anthropology. New High School. BNCC. Didactic material. Documentary ethnography.



RESUMEN:

El presente trabajo se centra en el enfoque antropológico de la cultura presente en los materiales didácticos de 2021, aprobados por el Plan Nacional de Libros de Texto (PNLD) bajo la nueva apariencia creada con el Nuevo Bachillerato: el área de conocimiento de Ciencias Humanas y Sociales Aplicadas (CHSA). De acuerdo con la Base Curricular Común Nacional (BNCC), esta área de conocimiento integrada por Filosofía, Geografía, Historia y Sociología, se enfoca en las siguientes categorías: tiempo y espacio; territorio y fronteras; individuo, naturaleza, sociedad, cultura, ética, política y trabajo. Describiremos la parte cultural para entender cómo la Antropología ha estado presente en este nuevo material didáctico. Se trata de comprender y llevar al debate la relación entre Antropología y Educación Básica. Utilizaremos como metodología la etnografía documental de las obras de CHSA, del año 2021, aprobada por el PNLD. Se describirán seis trabajos de un total de catorce obtenidos, ya que son de los más utilizados y observados en las escuelas donde los estudiantes de pregrado en Ciencias Sociales realizaron prácticas durante el periodo 2022-2023.

PALABRAS CLAVE: Antropología. Nuevo Liceo. BNCC. Material didáctico. Etnografía documental.



INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o lugar da Antropologia na educação básica a partir de materiais didáticos utilizados nas aulas de Sociologia. Para refletirmos sobre a prática antropológica no contexto escolar brasileiro, partimos de duas reflexões centrais: qual lugar a Antropologia vem ocupando no Novo Ensino Médio (NEM)? Como a perspectiva antropológica se apresenta nos livros didáticos?

Visando aos desdobramentos dessas inquietações, optamos pelo mapeamento das obras aprovadas pelo Plano Nacional de Livros Didáticos (PNLD) de 2021, focando na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA). Tais obras foram financiadas, elaboradas e distribuídas nas escolas durante a pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021¹. A escolha por elas se deve ao fato de serem os primeiros materiais a trazer a “nova roupagem” por áreas do NEM, sustentadas e orientadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), configurando, assim, um conjunto de desafios para repensarmos a prática de ensino.

Esse recorte nos coloca diante de algumas problemáticas que originaram esta pesquisa: pensar o lugar da Antropologia na educação básica a partir dos materiais didáticos é uma das possibilidades e uma forma concreta de observação, na prática, da implementação das políticas educacionais recentes no contexto brasileiro trazidas pela reforma do ensino médio e pela BNCC.

O lugar e o diálogo da Antropologia no ensino de Sociologia, nesse novo cenário, fizeram com que partíssemos da análise documental para compreendermos o lugar do cientista social no Novo Ensino Médio. Mas, para esse exercício, foi preciso recortar a temática pela descrição da noção de cultura nas obras, buscando identificar a contribuição da Antropologia na educação básica.

O conceito de cultura foi escolhido, pois, em idas a campo nas escolas, observamos que essa noção atua como uma espécie de convite ao ensino da Antropologia. Além disso, essa abordagem foi de grande interesse ao longo da disciplina de orientação para o estágio no período remoto (de 2020 a 2021), por parte dos licenciandos do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), no qual ministrou aulas. Esses dados não estão, portanto, baseados em um achismo, mas nas aulas que foram escolhidas pelos licenciandos nos estágios durante o período presencial de 2021 a 2023, bem como suas narrativas diante dos pedidos dos alunos da educação básica.

Outro fator determinante está na narrativa docente sobre o conceito de cul-

¹ A pandemia de Covid-19 iniciou em dezembro de 2019, na China e, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 20 de maio de 2022, tinha ocasionado cerca de 4,5 milhões de mortes. Trata-se de uma síndrome respiratória aguda grave, infecciosa, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 que tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. No Brasil, a pandemia resultou em mais de 703.719 mortes.



tura, visto pelos professores como necessário para desenvolver uma compreensão relativizadora com os estudantes, isto é, um operador que faça com que estes repensassem suas abordagens preconceituosas e naturalizadas. Soma-se a isso também a minha experiência à frente de dois projetos de formação à docência, como professora coordenadora de área: a Residência Pedagógica e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), respectivamente, de agosto de 2019 a janeiro de 2020, e de maio de 2023 a março de 2024, quando pude observar o quanto a temática cultural despertava estranhamento e comparações (sejam estas no sentido de descobertas e/ou de reafirmação de uma cultura, ou ainda de observações de uma população sobre a outra).

A iniciativa para este trabalho surge então pelas demandas interrogativas de docentes, estudantes da educação básica e licenciandos durante as disciplinas de práticas educativas e nos estágios, centrando dois momentos: ao longo das aulas remotas, em decorrência da pandemia de Covid-19, através da ferramenta do *Google Meet*, durante o período de 2020 e 2021 (quando as universidades federais optaram pelo ensino remoto); e no marco presencial de retorno às aulas presenciais, em meados de 2021 até 2022.

Contudo, trazemos esta discussão para o contexto de políticas educacionais locais, pensando a partir da prática docente em escolas urbanas, localizadas no centro urbano, onde os alunos de graduação, em sua maioria, cursam os estágios. As escolas são espaços de interações sociais, e os estágios realizados são tomados, nesta pesquisa, como campo antropológico. Os agentes envolvidos em suas narrativas são professores de Sociologia da Secretaria Estadual do Estado do Rio de Janeiro (*Secduc-RJ*), somando um total de oito professoras e um professor, entre 29 e 45 anos.

Uma das questões centrais dos professores era a inserção desse novo modelo de ensino médio em um contexto de pandemia. Nesses espaços, estão presentes trajetórias, memórias de indivíduos e grupos cujo cotidiano se apropria de conhecimento e práticas expressas nas tradições culturais. A pandemia nos desafiou, assim, a repensar metodologias em novo tempo e espaço.

Durante a pandemia, as *lives*, novo meio de comunicação caracterizado por transmissão ao vivo feito por redes sociais, foram se tornando um instrumento de grande relevância para continuidade da educação básica² e do ensino superior, mas também como instrumento de manutenção e divulgação comercial, somando formas de contatos e negociações diante do mercado de trabalho. Por outro lado, durante

2 A respeito da educação no período da pandemia, ao final de março de 2020, o estado do Rio de Janeiro passa a ofertar aulas on-line pela plataforma *Google Classroom* nas escolas estaduais. Conforme decisão da Comissão de Planejamento do Conselho Estadual de Educação, através do parecer nº 376 de 23 de março, foram estabelecidas atividades escolares não presenciais enquanto permanecessem as medidas de isolamento social (Normas Brasil, 2020).



a pandemia, era através das *lives* ou dos vídeos realizados pelas editoras que alguns livros didáticos eram também apresentados ou pesquisados.

Os livros didáticos os quais iremos apresentar foram lançados no ano de 2020 e aprovados pelo PNLD em 2021, iniciando suas distribuições nas escolas para escolha dos docentes. Em paralelo a essa ação, diante de um debate que ocorria no campo sobre as dúvidas e incertezas advindas do Novo Ensino Médio, vimos, nos livros didáticos materializados e presentes nas escolas, a oportunidade de compreender essa nova política pública que era introduzida aos docentes em momentos de grande complexidade e desafios sobre as incertezas da vida e do trabalho docente mediante a pandemia.

Sendo assim, a pesquisa parte do levantamento documental dos livros didáticos de 2021 do PNLD e das observações realizadas ao longo dos estágios com licenciandos, alunos e docentes da educação básica no curso de licenciatura de Ciências Sociais da UFF; no contexto do Novo Ensino Médio, que se tornou lei em 2017, e da BNCC, aprovada em 2018.

A presente escrita foi estruturada nas seguintes partes: na primeira, centramo-nos no conceito de cultura no Novo Ensino Médio e na BNCC, importante para contextualizar o porquê da elaboração dos novos livros didáticos e do recorte da pesquisa. Na segunda parte, notaremos como a Antropologia aparece nos materiais didáticos, apontando os desafios de um “risco identitário”, fadada ao desaparecimento, enquanto campo de conhecimento escolar, com as consequências da diminuição das horas na escola e da implementação das novas áreas de conhecimento.

CULTURA, NOVO ENSINO MÉDIO E A BNCC

Optamos, inicialmente, por analisar como aparece a noção de cultura no Novo Ensino Médio e na BNCC de 2018. No NEM, a palavra cultura (Brasil, 2017) se faz presente uma única vez, articulada à BNCC. O Art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do art. 35-A, que, ao trazer as áreas de conhecimento, aponta, no inciso primeiro, a seguinte redação: “§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural” (Brasil, 2017, s. p.).

O texto de lei do NEM foi aprovado baseado na BNCC do Ensino Médio, que somente ficaria pronta em dezembro de 2018. Em sua redação, a noção de cultura se apresenta como um dos conceitos centrais:

Considerando as aprendizagens a ser garantidas aos jovens no Ensino Mé-



dio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Cada uma delas pode ser desdobrada em outras ou ainda analisada à luz das especificidades de cada região brasileira, de seu território, da sua história e da sua cultura (Brasil, 2018, p. 562).

Segundo a BNCC, as discussões a respeito das categorias indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética e suas relações marcam a constituição das chamadas Ciências Humanas:

As transformações geradas por cada indivíduo são mediadas pela cultura. Em sua etimologia latina, a cultura remete à ação de cultivar saberes, práticas e costumes em um determinado grupo. Na tradição metafísica, a cultura foi apresentada em oposição à natureza. Atualmente, as Ciências Humanas compreendem a cultura a partir de contribuições de diferentes campos do saber. O caráter polissêmico da cultura permite compreender o modo como ela se apresenta a partir de códigos de comunicação e comportamento, de símbolos e artefatos, como parte da produção, da circulação e do consumo de sistemas culturais que se manifestam na vida social. Os indivíduos estão inseridos em culturas (urbanas, rurais, eruditas, de massas, populares, regionais, locais etc.) e, dessa forma, são produtores e produto das transformações culturais e sociais de seu tempo (Brasil, 2018, p. 566).

Na BNCC, o conceito de cultura aparece 241 vezes, estando presente, inicialmente, nas “Competências Gerais da Educação Básica”, em quatro pontos, dos dez apresentados. Em geral, o conceito segue como um dos apoiadores à construção de uma “sociedade justa, democrática e inclusiva”, às práticas diversificadas da produção artístico-cultural, à valorização de diferentes saberes e vivências culturais de indivíduos e grupos, combatendo a noção de preconceito (Brasil, 2018, p. 9). Vale destacar uma observação quanto à cultura indígena e afro-brasileira presentes em uma das habilidades da BNCC:

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual (Brasil, 2018, p. 565).

Contudo, há outras habilidades presentes na BNCC:

EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos (Brasil, 2018, p. 560).

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que ca-



racterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço (Brasil, 2018, p. 560).

(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades (Brasil, 2018, p. 560).

Ainda não há, na educação básica (especialmente no ensino médio), um campo (no sentido de uma disciplina) que poderíamos denominar de (ou identificá-lo como) Antropologia da Educação ou Antropologia Escolar no Brasil. Contudo, é inegável a contribuição do conhecimento antropológico quanto às teorias e práticas, ao ensino e à aprendizagem, no ensino de Sociologia. Na busca por uma definição da Antropologia da Educação e sua contribuição no campo educacional, Bartlett e Triana (2023) analisam:

A antropologia da educação dedica-se ao estudo da educação. Porém, o que significa isto? O mais óbvio é que a educação inclui a escolarização. A antropologia da educação contemporânea pode se concentrar em tópicos como educação e multiculturalismo, pluralismo educacional, pedagogia culturalmente relevante ou desencontro entre modos de saber valorizados na escola e aqueles valorizados em casa ou em diferentes comunidades. Muitas vezes, as etnografias escolares demonstram como as desigualdades são produzidas ou mediadas pelo cotidiano nas escolas. Contudo, desde seus primórdios, os antropólogos da educação vêm considerando tanto a educação informal como a não-formal. Aliás, o trabalho inicial no campo se concentrou bastante na aculturação, questionando como as crianças aprendem uma cultura, ou na socialização, que poderia ser definida como o processo de aprendizagem de normas e ideologias sociais. Assim, a antropologia da educação está comprometida com uma noção muito ampla de educação definida pelo etnometodólogo Hervé Varenne [...] como '[...] esforços continuados para mudar tanto a si como a seus pares por meio de reflexões coletivas muitas vezes difíceis' (Bartlett; Triana, 2020, p. 4).

Para apresentarmos o lugar que a Antropologia vem ocupando recentemente na educação, precisamos contextualizar a dupla do Novo Ensino Médio e da BNCC, problematizando seus impactos no ensino de Sociologia, visto que ambas as políticas educacionais se encontram articuladas, isto é, o texto do NEM não consegue ser interpretado sem sua referência à BNCC e a interdependência entre ambos.

O ensino de Sociologia é marcado por um histórico de intermitência. Nesse sentido, Silva (2010) reconhece três fases: 1) de 1891 a 1941, vemos a instituição da Sociologia no ensino secundário; 2) de 1942 a 1981, acompanhamos a ausência da Sociologia como disciplina obrigatória; 3) e de 1982 a 2001, observa-se uma re inserção gradativa da disciplina no ensino médio. No entanto, nessa última fase, a autora segue descrevendo os principais acontecimentos até o ano de 2009, quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) regulamenta o modo de implantação da Sociologia e



da Filosofia nas três séries do ensino médio, ordenando sua concretização até 2011³.

Propomos, brevemente, dar continuidade ao período de “intermitência” (Silva; Alves Neto, 2020) em uma nova configuração de períodos. Sendo assim, inicialmente, classificaremos os anos de 2008 a 2015 como “Fase de retomada e obrigatoriedade da Sociologia nos três anos do Ensino Médio”. De 2016 a 2018, observamos uma “Fase de incertezas quanto ao *status* da disciplina de Sociologia, marcada pela Reforma do Ensino Médio” – que tem início, especialmente, com a Medida Provisória nº 746, de 2016 (MP 746/2016) que foi decretada como lei em fevereiro de 2017 (Lei nº 13.415/2017), por Michel Temer. A terceira fase, de 2019 a 2023, é marcada pela presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022), com grandes cortes e desgaste no ensino público e os desdobramentos educacionais ocasionados com a pandemia de Covid-19. Podemos classificá-la de “Fase de medo e incerteza” quanto ao ensino público e à presença do ensino de Sociologia, com o avanço do NEM, da BNCC e da pandemia.

No aspecto educacional, a pandemia trouxe o somatório de diversos impactos psicológicos, associados ao medo da perda, da dor e do isolamento, além dos receios educacionais, relacionados ao déficit de aprendizagem e às incertezas do ensino no formato remoto (Grossi; Toniol, 2020; Cigales; Souza, 2021; Fernandes, 2023)⁴.

Para darmos prosseguimento a essa discussão, vale destacar, inicialmente, as mudanças que ocorreram na matriz curricular. Inicialmente, segundo leitura da Lei do Novo Ensino Médio, há uma mudança na carga horária dos alunos: “§ 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino” (Brasil, 2017). E a Lei 13.415/2017, que implementa o NEM, também alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), ao trazer alteração no artigo 36:

3 Em uma nova escrita, Silva e Alves Neto (2020) trazem uma nova abordagem, com base na elaboração da BNCC. Segundo a autora, o primeiro momento ocorre de 2012 a 2014, período de construção da BNCC, fase de consolidação da ideia de uma educação básica abrangente, da educação infantil ao ensino médio, e de direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento. O segundo momento (2015 e 2016) é marcado por uma conciliação entre as perspectivas dos direitos à aprendizagem e das matrizes de conteúdos elaboradas no sistema de avaliação em larga escala. Silva e Alves Neto (2020), nesse período, apontam que o processo anterior é interrompido pela mudança de governo, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, no seu segundo mandato na presidência, assumindo o poder Michel Temer (31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018). Assim, chegamos ao terceiro momento (2017-2018), marcado pela finalização da BNCC frente às competências e habilidades e da reforma do ensino médio (2017-2018). Segundo a autora, de agosto de 2016 a dezembro de 2018, outra proposta de BNCC foi elaborada, e que se faz completamente diferente das versões de 2015 e de 2016. Dentre as ações que nos chamam atenção, está o fato de, nessa fase, o ensino médio ser fragmentado em itinerários formativos, incluindo um de caráter profissionalizante.

4 Os trabalhos citados visam a um conjunto de desdobramentos frente à crise sanitária, refletindo sobre as diferentes dimensões afetadas, como, por exemplo, as medidas de isolamento social, a saúde coletiva e a educação.



O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I- linguagens e suas tecnologias;

II-matemática e suas tecnologias;

III-ciências da natureza e suas tecnologias;

IV-ciências humanas e sociais aplicadas;

V-formação técnica e profissional (Brasil, 1996, p. 14-15).

A BNCC é o documento que determina as normas pelas quais as escolas se orientam na educação básica, por meio de conhecimentos, competências e habilidades que devem estar presentes no currículo. As quatro grandes áreas do conhecimento apresentadas acima aparecem descritas nas obras como projetos integradores. Com o NEM, tornam-se obrigatórias apenas as disciplinas de Português, Matemática e Inglês. Esse conteúdo pode ser feito em formato de módulo, disciplinas ou na forma das áreas gerais de conhecimento citadas acima. Exemplificando, é dessa forma que algumas escolas privadas, por exemplo, vêm substituindo a aula de Sociologia e de Filosofia por Fundamentos Sociais e Filosóficos, que podem ser ministrados por qualquer profissional da área humana.

No site da Seeduc do estado do Rio de Janeiro (2023), está disponibilizada uma “Arquitetura do Novo Ensino Médio”, segundo a qual o NEM segue duas principais modalidades: a Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF), que se dividem em núcleos integradores (eletiva 1: ensino religioso ou reforço escolar; eletiva 2: língua estrangeira ou estudos orientados; eletiva 3: opções da escola consoante o catálogo da Seeduc; e Projeto de Vida). A ideia, segundo a BNCC, é que esses itinerários formativos funcionem como espécie de “guia” a conduzir os alunos aos seus projetos de vida.

A Sociologia não é excluída do NEM e da BNCC de 2018, mas se apresenta sem “lugar e carga horária definida” (Silva; Alves Neto, 2020, p. 278), diferentemente da BNCC de 2015 e 2016, na qual a disciplina era obrigatória em todas as séries do ensino médio. Consequentemente, essa ação requer mudanças na presença da Antropologia no ensino-aprendizagem do ensino de Sociologia frente às novas obras didáticas.

Um ponto importante a ser descrito é que, antes dos materiais didáticos da nova área de conhecimento CHSA, o conceito de cultura sempre se fez presente nos livros didáticos de Sociologia. O desafio em analisar esse conceito em uma nova versão está em compreender como está sendo realizada a discussão, considerando o que se perde e o que se ganha quanto à abordagem antropológica na escola. Se antes, nos livros de Sociologia inseridos pelo PNLD a partir de 2012, era possível que o



professor identificasse o destaque nas três áreas de construção das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política), a partir dos novos materiais, didaticamente, há dois desafios: quando e como apresentar e ensinar essas áreas? Como os docentes das disciplinas integradas ensinarão o conteúdo? Como essa nova forma de se apresentar um livro didático pode trazer um determinado “apagamento” ou “destaque” de uma disciplina em relação à outra?

O breve recorte acima foi importante para situarmos o lugar da Antropologia diante da presença do NEM e da BNCC. Qual lugar a Antropologia vem ocupando nesses dois processos educacionais? De que forma ela pode contribuir para a discussão? Qual relação podemos observar entre a Antropologia e os livros didáticos?

Inicialmente, partimos da noção de livro didático como documento dotado de valores culturais, mas também como mercadoria, na qual mercado e cultura “não se excluem” (Munakata, 2012, p. 51). Há um vasto valor empresarial que possibilita a circulação das obras no contexto recente. Dentre as empresas privadas e organizações presentes no financiamento educacional, podemos citar a Fundação Lemann, os grandes monopólios educacionais e redes de investidores da área educacional, como a Kroton e a Yduqs. Soma-se a esse contexto também a presença de bancos, em especial os privados (Cóstola, 2021). Os idealizadores desse novo cenário educacional desencadeiam uma série de ações visando a preservar suas ideias, elaboradas por uma série de questões, como a lógica do mercado.

Segundo relatos de docentes e discentes das escolas estaduais, somados às experiências no ensino de Sociologia nos estágios, o conceito de cultura vem se firmando como uma espécie de “carro-chefe” da apresentação e necessidade da abordagem antropológica no ensino de Sociologia. Como vimos, a Antropologia está presente nos livros didáticos de Sociologia. Ela costura temáticas como a de “identidade e diversidade cultural” e se posiciona, para os estudantes, como pensamento crítico, devido ao seu papel de combate à intolerância e ao reconhecimento da alteridade.

No Guia do PNLD 2021, na área de conhecimento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), a Antropologia assume um destaque, diferentemente de sua presença, enquanto disciplina, no NEM e na BNCC. A respeito dos princípios e critérios estabelecidos para a avaliação das obras da área de CHSA, além das competências e habilidades, a abordagem antropológica é citada já no Edital de Convocação n. 03/2019 para inscrição do processo seletivo para o PNLD:

No conjunto dos seis volumes da obra didática por área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, devem ser abordadas a contextualização e problematização da ciência e da tecnologia (em termos antropológicos, sociológicos, históricos, filosóficos e geográficos) (Brasil, 2019, p. 83).



Como vimos, a escolha pelos livros didáticos como objeto de pesquisa ocorre por tratarmos deles como meios de materialização – ao menos daquilo a que se pretendem – sobre uma realidade social. Nesse sentido, a análise e a descrição dos livros didáticos (observando ainda os estágios docentes), no atual contexto, contribuem para pensar a identidade da disciplina, seu *status*, a intermitência e o seu lugar no ensino de Sociologia.

A justificativa do projeto nos coloca diante de outros desafios identitários: a formação docente. Em termos didáticos, como ensinar a ser docente na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas? Com o Novo Ensino Médio em conjunto com a BNCC, percebem-se outros campos formativos, como vimos: projeto de vida e demais eletivas, como o empreendedorismo. Há, assim, uma mudança curricular no ensino médio que afeta, diretamente, as licenciaturas.

Inicialmente, é preciso compreender que os materiais didáticos expressam relações de poder, uma vez que nomeiam, enquadram, contextualizam, representam, classificam, sensibilizam e problematizam fenômenos, práticas, saberes ou sujeitos sociais em detrimento de outros (Carniel, 2020). Eles se configuram em diferentes modelos: livros, revistas, histórias em quadrinhos, jogos, computadores, *softwares*, brinquedos, vídeos, *podcasts*, mapas, plataformas, bancos de dados e animações que visam a mudanças nos sistemas de ensino e a transformações nos modos como os alunos se relacionam com o mundo.

Em um segundo momento, a temática da cultura nesses materiais nos permite exercitar a prática educativa pela abordagem antropológica. Toda escolha por um conhecimento envolve uma relação de disputa e “lugares de fala”. Nesse sentido, observamos uma diversidade nas obras da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Em alguns momentos, uma determinada abordagem (ou a obra como um todo) está mais voltada para a perspectiva de uma das disciplinas que compõe a área. Contudo, ainda em fase de análise, as noções de etnocentrismo, relativismo cultural, democracia racial, mito da democracia racial e as questões indígenas, afro-brasileiras e raciais se veem presentes nas obras, apontando teorias e práticas, sob a perspectiva antropológica ou não necessariamente.

Há diferentes formas de ensinar e de aprender. Os livros didáticos nos impõem esses desafios quanto à prática docente. Eles são uma das bases de construção do pensamento crítico, analítico. A questão é saber, nessa costura entre Filosofia, História, Geografia e Sociologia, o que se retém da abordagem antropológica, ou seja, quais autores, contextos, teorias, temas e conceitos se fazem presentes, e como, a partir desses recortes, podemos pensar o lugar dessa ciência na prática escolar, até mesmo diante da mudança da Sociologia de disciplina para o *status* de estudos e práticas.



Ainda, é preciso nos perguntar para quem essas obras estão sendo escritas. Quais são as contribuições no campo educacional para as Ciências Sociais?

Inicialmente, podemos pensar que os livros didáticos são escritos para jovens em idade escolar. Nesse sentido, é preciso refletirmos sobre o conceito de juventude muito presente na BNCC (Brasil, 2018). “Juventude” traz e revela diferentes marcadores sociais (como classe social, por exemplo) e diversidade, que devem ser considerados no contexto escolar (Bourdieu, 1983; Dayrell, 2007). Não devemos compreender o conceito de juventude como um grupo homogêneo, mas em seu caráter plural, diversificado e diferenciado. Sem essa visão, torna-se obscuro o sentido da prática educacional.

Se a juventude pode ser pensada como um conceito cultural e heterogêneo, a educação formal carece, muitas das vezes, da noção de pertencimento desse grupo social, por não o reconhecer em sua alteridade e em seus circuitos culturais. Cabe aos livros didáticos almejarem a essa visão diversa.

Mediante as inúmeras críticas por parte dos docentes e licenciados, o Novo Ensino Médio vem colocando em “suspense” não apenas a visão de diversidade, mas também a visão da educação como prática da liberdade, uma vez que há uma rejeição explícita, por partes dos professores e alunos, do Novo Ensino Médio. Nesse conjunto, não há os pressupostos no sentido de aprender, como analisa Hooks (2013) à luz de Paulo Freire, se não há interesse. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio vem contrariar um pressuposto caro e relevante da educação como prática da liberdade:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. Esse fortalecimento não ocorrerá se nos recusarmos a nos abrir ao mesmo tempo em que encorajamos os alunos a correr riscos (Hooks, 2013, p. 35).

São muitos os relatos de professores durante os estágios remotos e presenciais. Em geral, as narrativas que se firmam como desabafos assumem duas posições: durante as aulas on-line, o desconhecimento do Novo Ensino Médio quanto à sua prática; e no período presencial, a aplicabilidade do NEM sem entendimento, por grande parte de docentes, da gestão e dos estudantes. Somam-se a esse conjunto os questionamentos de como ocorreria a aplicabilidade dos livros didáticos aprovados pelo PNLD/2021.

O NEM vem trazendo um desconforto e uma revolta quando ao desvio de profissão. Há um “desvio pedagógico” que interfere na relação entre ensino e aprendizagem, uma vez que os professores não estão ministrando a disciplina de sua for-



mação, o que torna cansativa, para o docente, a preparação de aulas. Esse conjunto de fatores afeta docentes e discentes, que, por sua vez, já se encontram marcados por frustrações e dramas ocasionados pela dificuldade de mercado de trabalho e pelas consequências da pandemia de Covid-19. O aprofundamento das desigualdades educacionais no período da pandemia também revisitou a discussão acerca da reprodução no sistema escolar.

ANTROPOLOGIA: REVISITANDO DIÁLOGOS ATRAVÉS DE MATERIAIS DIDÁTICOS

Os manuais e livros didáticos de Ciências Sociais/Sociologia são objetos ou fonte de pesquisas (Engerroff, 2024; Bodart, 2021; Meucci, 2020; Handfas; Santos, 2013; Munakata, 2012; Choppin, 2004). Embora ainda sejam precisos estudos que apontem hipóteses exploradas por Bodart (2021, p. 319), como “a carência do uso de metodologias mais profícuas” e a recente circulação e o consumo de livros didáticos de Sociologia no ensino médio a partir do ano de 2012, com a inclusão da Sociologia no PNLD, é preciso, por agora, pensar os novos livros didáticos como forma de compreender o lugar da Antropologia na educação básica. Quais espaços ela vem ocupando nesses materiais e frente à nova roupagem de “itinerantes” – também classificados como novas áreas de conhecimento?

O que “descartar”? Que tipo de conhecimento se quer transmitir? Como transmiti-lo? Como se encontra, no registro das obras, a divisão por áreas? Nesse debate, os livros didáticos se transformam em um dos meios para pensarmos esses questionamentos pela sua materialidade.

Segundo a autora Engerroff (2024):

Tratar de livros didáticos implica em definir o que se compreende por eles, a fim de delimitar o objeto. Ainda que haja uma definição prévia geral (como dizer que é todo o tipo de impresso utilizado no contexto escolar), qualquer definição passa pelo reconhecimento que este objeto está imbricado em intencionalidades, modos de produção, circulação e apropriação historicamente situados, revelando sentidos próprios e diferenciando-se de outros tipos de obras. Além disso, para definir qual tipo de escrito se conforma como um ‘livro didático’, deve-se atentar para os marcadores metodológicos, implicando nas formas de abordagem e de reconhecimento de uma rede de investigações em torno dos livros didáticos que assim o designarão (Engerroff, 2024, p. 95).

Descrever os livros didáticos em sua estrutura focando a abordagem de cultura nos permite compreender o espaço da perspectiva antropológica na discussão, mas também nos permite descrever algo que tem sido “negligenciado”, como analisa Choppin (2004), nas análises dos livros didáticos: as suas estruturas formais.



A organização interna dos livros e sua divisão em partes, capítulos, parágrafos, as diferenciações tipográficas (fonte, corpo de texto, grifos, tipo de papel, bordas, cores, etc.) e suas variações, a distribuição e a disposição espacial dos diversos elementos textuais ou icônicos no interior de uma página (ou de uma página dupla) ou de um livro só foram objeto, segundo uma perspectiva histórica, de bem poucos estudos, apesar dessas configurações serem bastante específicas do livro didático. Com efeito, a tipografia e a paginação fazem parte do discurso didático de um livro usado em sala de aula tanto quanto o texto ou as ilustrações (Choppin, 2004, p. 559).

Das coletas das obras da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovadas pelo PNLD/2021, fazem parte as editoras: Moderna, Ática, FTD, SM, Saraiva Educação, Scipione, AJS e Palavras Projetos Editoriais (Brasil, 2021). É importante destacar que os livros passam a compor seis volumes, dois a cada ano. Conforme a análise do Guia do PNLD de 2021 (Brasil, 2021), do total de doze editoras, a Editora do Brasil e a Editora Moderna foram as únicas a ter mais de uma coleção aprovada: 1) Conexão Mundo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e 2) Interação Humanas, ambas pertencentes à Editora do Brasil; e 1) Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, 2) Diálogos - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, 3) Identidade em Ação - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e 4) Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, todas da editora Moderna.

No Quadro 1, é possível ver a lista de obras aprovadas pelo PNLD/2021:

n.	Obra/Coletânea	Editora
1	Conexão Mundo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ed. do Brasil
2	Conexões – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Editora Moderna
3	Contexto e ação	Ed. Scipione S.A
4	Diálogos - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ed. Moderna
5	Diálogos em Ciências Humanas	Ed. Ática S.A
6	Humanitas.DOC	Ed. Saraiva Educacional S.A
7	Identidade em Ação - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ed. Moderna LTDA
8	Interação Humanas	Editora do Brasil S.A
9	Moderna Plus - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Editora Moderna LTDA.
10	Multiversos – Ciências Humanas	Editora FTD S.A.
11	Módulos para o Novo Ensino Médio - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Editora AJS LTDA.
12	Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Editora Palavras Projetos Editoriais LTDA-ME
13	Prisma – Ciências Humanas	Editora FTD S.A.
14	Ser protagonista - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Edições SM LTDA

Quadro 1 – Levantamento das obras da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovadas pelo Plano Nacional de Livros Didáticos de 2021. Fonte: Andréa Paiva, 2022.



O presente trabalho se centra na abordagem antropológica sobre cultura presente nos materiais didáticos de 2021, aprovados pelo Plano Nacional de Livros Didáticos (PNLD), sob a nova roupagem criada com o Novo Ensino Médio: a área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA). Contudo, é importante situar que o projeto vem sendo desenvolvido no município de Campos dos Goytacazes, RJ, uma vez que é nessa região que venho ministrando aulas de licenciatura para estudantes do curso de Ciências Sociais, cujos olhares observadores sobre a temática da pesquisa são dinamizados, seja através das disciplinas de iniciação e formação docentes, como a Prática Educativa e Pesquisa e Prática Educativa (estágio), seja em projetos de custeio federal, como a Residência Pedagógica e o Pibid, dos quais pude estar à frente também como coordenadora de área entre agosto de 2018 a janeiro de 2020, e maio de 2023 a março de 2024, respectivamente. Nesses encontros com os alunos na universidade e nas escolas, como também com os professores de Sociologia da educação básica, constatamos como os novos itinerários formativos, implementados nas escolas campistas onde os discentes realizam estágios e pesquisas, vêm diminuindo a carga horária do ensino de Sociologia.

As obras citadas no Quadro 1 nos permitem identificar diversas possibilidades de interações, ensino e aprendizado. Por sua vez, essas ações são limitadas pelos desafios e pelas lacunas inseridas pelo Novo Ensino Médio e pela BNCC de 2018: como se passa conhecimento se não há entendimento da estrutura curricular a ser adotada? Como os estudantes passam a assimilar obras se não se identificam com as mudanças ocorridas?

Para pensarmos a relação entre a Antropologia e a prática, torna-se importante pensar a concepção de “metodologias ativas” citada pelo Edital do PNLD 2021 (Brasil, 2019, p. 53). Cada volume das coleções, assim, traz atividades baseadas em “metodologias ativas”, que têm como objetivo inserir o estudante como personagem central na construção do conhecimento, buscando resolver problemas por meio de investigação científica e pelas metodologias de pesquisas que são atribuídas à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. As metodologias ativas visam a “Relacionar constantemente teoria e prática, utilizando metodologias ativas que possibilitem aos estudantes aplicar, na vida cotidiana, os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores desenvolvidos” (Brasil, 2019, p. 53).

Sendo assim, por metodologias ativas, compreendemos o protagonismo dos jovens de diferentes perfis e a valorização das culturas jovens, visando a essa integração no ambiente escolar. Observamos, então, que, inicialmente, a cultura é citada na expressão “culturas juvenis” e é posta como um dos eixos importantes, por articular a relação dos jovens com a produção cultural de massa, as redes sociais, as práticas sociais em grupos ou em redes, dentre outros, visando às seguintes ações:



No novo Ensino Médio, espera-se que a escola se organize para acolher as culturas juvenis atuais e considere os diferentes perfis de seus estudantes, respeitando seus direitos, singularidades, interesses e aspirações. Espera-se igualmente que a escola possa promover o desenvolvimento integral dos estudantes, o que significa contemplar não apenas a formação intelectual, mas também estimular as dimensões física, social, emocional e cultural da aprendizagem, a fim de preparar o alunado para resolver situações corriqueiras, das mais simples às mais complexas, atuar no mundo do trabalho e exercer a cidadania plena. (Brasil, 2021, p. 13).

Mas, para compreendermos a cultura no material didático e o lugar da Antropologia nessa discussão, precisamos compreender a que se destina essa área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, dada sua relação com a prática pedagógica. Segundo a BNCC (2018):

A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. [...] É necessário, ainda, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o protagonismo juvenil investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (Brasil, 2018, p. 561-562).

É nesse sentido que partimos da análise do livro didático enquanto objeto de pesquisa, produto cultural, mercadoria, objeto, coleção, dádiva, suporte de conhecimento, metodologia, valores ideológicos e culturais.

O conceito de cultura nas obras do PNLD/2021 se faz presente. Há percepções dos autores a respeito das contribuições da antropologia para a área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Conseqüentemente, por abranger um conjunto de disciplinas, o conceito de cultura não perpassa necessariamente os desdobramentos e aprofundamentos por autores da Antropologia e nem por conceitos clássicos como etnocentrismo, relativismo cultural e alteridade, que assumem lugar de destaque nos livros didáticos de Sociologia. Não necessariamente, observamos a abordagem de teorias evolucionistas e relativistas. Há referências a dois grupos étnicos raciais na maioria das obras: os indígenas e o negro brasileiro. Contudo, é válido destacar a observação de Silva e Alves Neto (2020) em sua análise sobre a BNCC e o ensino de Sociologia. Segundo os autores:



O componente de História não aparece nessa versão de 2015 em função das tensões e dos debates acirrados diante da decisão da equipe de especialistas em manter os conteúdos e objetivos de aprendizagem dentro das teorias decoloniais, enfatizando os estudos sobre África, Ameríndios, América Latina e tirando o foco do eurocentrismo. Até a data que o cronograma mandava publicar o documento para consulta on-line, a equipe de História não tinha, ainda, conseguido modificar ou amenizar essa orientação teórica (Silva; Alves Neto, 2020, p. 268-269).

A escolha por identificar a cultura nessas obras parte da importância em reafirmar o lugar da Antropologia, não como coadjuvante ou auxiliar no ensino de Sociologia, mas central. Como descreve Fontes (2019):

A pouca participação de antropólogos na produção de livros didáticos e o consequente lugar periférico que a antropologia ocupa nesse tipo de publicação, podem ser entendidos também como uma expressão de disputas no campo das ciências sociais, onde a sociologia é hegemônica nesse sentido. Não por acaso, somente dois dos 29 autores dos manuais aprovados no PNLD 2018 atuam como antropólogos. Em um nicho dominado por sociólogos, foi reconhecida a importância da antropologia na educação básica no processo de estranhamento e desnaturalização do mundo – um dos pilares do ensino da disciplina escolar sociologia – e, consequentemente, sua contribuição para o reconhecimento da alteridade e o combate a diversas formas de preconceitos. [...] A análise do conhecimento antropológico nos mostra, por exemplo, que desde o tempo de outrora, quando ainda tinha relevância o paradigma da antropologia física, a perspectiva culturalista já ganhava força e se consolidou na antropologia brasileira, sendo o carro chefe da apresentação da disciplina nos livros didáticos atuais (Fontes, 2019, p. 215-216).

Das escolas observadas em 2022 ao primeiro período de 2023, apontamos quatro livros didáticos indicados pelos docentes de Sociologia. Das catorze obras apresentadas, iremos descrever quatro, buscando identificar como a Antropologia se faz presente.⁵

Essas obras foram escolhidas pelos professores de Sociologia nos estágios. Partindo dos estágios docentes como campo de pesquisa, a descrição dos quatro livros didáticos ocorre pela escolha do professor de Sociologia atuante em três escolas localizadas na cidade de Campos dos Goytacazes, assim como pelo olhar dos licenciandos a respeito.

Dentre as obras, o que chama atenção e aponta uma diferenciação para os livros didáticos de Sociologia é que as obras da CHSA são escritas por autores de diferentes formações.

Dentre as coleções analisadas, descreveremos: 1) Identidade em ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da editora Moderna; 2) Prisma Ciências Humanas,

5 Não realizaremos uma análise densa e comparativa com os livros didáticos de Sociologia do PNLD de 2012, quando a Sociologia passa a fazer parte do plano educacional. Esta análise comparativa das obras faz parte de novos desdobramentos da pesquisa, a serem descritos em outro trabalho.



da editora FTD; 3) Conexões, pela Editora Moderna, volume *Ciência, cultura e sociedade*; 4) Moderna Plus, volume *Sociedade, política e cultura*; 5) Contexto e ação, da editora Scipione, volume *Sociedade e natureza*; e 6) Ser protagonista, da editora SM.

A primeira coleção, *Identidade em ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, é composta por nove autores: cinco são doutores em História, um, doutor em Geografia, um, mestre em Sustentabilidade, um, doutor em educação, e outro, doutor em Ciências Humanas (Antropologia Social) (MARTINI, Alice de et al., 2020).

No volume *Ética, cidadania e direitos humanos*, embora o desenvolvimento esteja mais focando na perspectiva histórica, o cenário diverge. São descritos: preconceito, discriminação, violência, equidade, alteridade e diversidade social, ação afirmativa e intolerância, mas sem focar em um desenvolvimento teórico em si ou na citação de autores. O destaque está para o volume *Indivíduo, sociedade e cultura*, no qual são citados autores da Antropologia, como Clifford Geertz, Bronislaw Malinowski, Franz Boas, Tylor; e os conceitos de evolucionismo, relativismo, funcionalismo e estruturalismo. Há também citação de autores clássicos das Ciências Sociais: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.

A segunda coleção, *Prisma: Ciências Humanas*, da editora FTD, é composta por cinco autores: um mestre em Geografia, um mestre em História, uma bacharel em Geografia, um mestre em Ciências Econômicas, um bacharel em História e Filosofia, e um bacharel em Letras e Jornalismo (RAMA et al., 2020).

Ela traz, em um dos seus volumes, a temática *Diversidade: sociedade e direitos*. A unidade aborda o povo brasileiro, jovens e mulheres no Brasil, os negros e sua luta contra o racismo e os povos indígenas. São utilizados trechos da Declaração Universal dos Direitos dos Humanos, da Constituição brasileira de 1988, de políticas indigenistas, de leis de cotas, por exemplo. Alguns autores preenchem o cenário de discussões, tais como Djamila Ribeiro, Angela Davis, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Achille Mbembe e Boaventura de Souza Santos. Há destaques para Carolina de Jesus e Ailton Krenak, que assumem o protagonismo com a narrativa de outros indivíduos indígenas ou ativistas (ou não) da causa negra. Na abordagem étnico-racial, há dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a preocupação em pesquisar utilizando fontes científicas confiáveis, como o *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*.

A terceira coleção, *Conexões*, pela Editora Moderna, é escrita por sete autores, dos quais três possuem graduação em Ciências Sociais; os demais possuem licenciatura em História, Pedagogia e há um doutor em Ciências (História Econômica) (COTRIM et al., 2020).

No volume *Ciência, cultura e sociedade*, a Antropologia aparece para confrontar e explicar as noções sobre o racismo. Há citações de trabalhos de antropólogos:



Franz Boas, Marcel Mauss, no contexto de relativização cultural; a etnografia de Margaret Mead, para apontar os ciclos de vida da adolescência, se referindo ao trabalho desenvolvido pela autora em Samoa. Os conceitos de etnocentrismo e alteridade são descritos, apontando a importância da Antropologia, assim como seus métodos e técnicas etnográficos. Outros conceitos são apontados, tais como: a apresentação de uma postura etnocêntrica, a diversidade cultural e a estrutura social. Há um comparativo entre o paralelo da Antropologia da década de 1930 com o Brasil no período da Era Vargas, frente à Ditadura do Estado Novo (1937-1945); nesse contexto, o autor citado é Gilberto Freyre, como “herdeiro direto da Antropologia Cultural estadunidense”, apontando sobre os primeiros trabalhos de historiadores e sociólogos na década de 1930 sobre a formação social e cultural do Brasil (Cotrim *et al.*, 2020, p. 76).

A quarta coleção, Moderna Plus, é composta por 23 autores de diferentes áreas, dos quais apenas três são graduados em Geografia, História e Ciências Sociais, e os demais são mestres e/ou doutores em História, Relações Internacionais, Geografia, Filosofia, Educação, Direito, Ciências Sociais e Planejamento Urbano e Regional (BRAICK *et al.*, 2020). A coleção é a que conta com um expressivo número de autores da área de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política): quinze ao total.

No tópico sobre “Cultura: uma trajetória humana”, do volume *Sociedade, política e cultura*, o conceito de cultura é descrito pela etimologia da palavra “antropologia”, marcando a sua contribuição como ciência do homem, indissociável da contribuição filosófica:

Vale ressaltar que o termo ‘antropologia’ origina-se da fusão das palavras gregas *anthropos*, ‘homem’, e *lógos*, ‘teoria’, ‘ciência’, e esse conceito refere-se tanto à ciência como à filosofia. A ciência da antropologia trata do estudo de diferentes culturas sob os mais diversos aspectos, como tipos físicos e biológicos, organizações sociais e políticas, o comportamento humano em sociedade, além de investigar culturas de diferentes épocas e locais. A antropologia filosófica, por sua vez, aborda temáticas como a possibilidade da definição de ser humano, o que o distingue de outras espécies, criaturas ou coisas, de que maneira ocorre o processo de tornar-se um ser cultural em suas variadas expressões, e algumas dessas temáticas vão ser abordadas neste capítulo (Braick *et al.*, 2020, p. 10).

A Antropologia se descreve nas explicações sobre o sistema colonial como forma de combate aos preconceitos culturais, às explicações acerca da violência e da opressão de determinado povo, como mostra o tópico “Natureza e cultura”. Há explicações sobre o nascimento da Antropologia e suas escolas em conjunto com a descrição dos conceitos sobre diversidade, relativismo cultural, evolucionismo, determinismo, cultura material e imaterial. A ciência e, conseqüentemente, sua vasta abordagem sobre cultura, contribuem como forma de ação contra atitudes racistas e discriminatórias.



Nessa obra, há uma explícita descrição da Antropologia, sua definição e relevância enquanto ciência e seu apontamento como área de conhecimento das Ciências Sociais que mais se dedica aos estudos sobre cultura: “[...] surgida no século XIX, a disciplina dedica-se ao estudo das culturas em todo o mundo. Inicialmente, as sociedades não industriais eram seu objeto de interesse, mas depois incorporou-se a análise das sociedades industriais” (Braick *et al.*, 2020, p. 50).

São também descritas as correntes antropológicas: diversidade e relativismo cultural; difusionismo e culturalismo; funcionalismo, estruturalismo e interpretativismo. São citados alguns autores, como Franz Boas e Darcy Ribeiro, não no sentido biográfico, mas de exercícios por textos e sugestões de vídeos.

Na quinta coleção, Contexto e ação, da editora Scipione, o volume *Sociedade e natureza* é escrito por seis autores, sendo quatro deles formados em Ciências Sociais, um graduado e mestre em filosofia e um graduado em História. O livro traz os conceitos de cultura e de etnocentrismo pela abordagem da Antropologia; e autores como Tim Ingold, Manuela Carneiro da Cunha, Claude Lévi-Strauss, Franz Boas, Bronislaw Malinowski, Clifford Geertz e Eduardo Viveiros de Castro aparecem diluídos, apontando a importância da disciplina. A Antropologia aparece descrita como a “ciência da diferença”, e é apontada a importância do relativismo:

O relativismo é uma forma de pensar que remonta à Filosofia antiga, uma estratégia para considerar outros pontos de vista sem atribuir a eles um julgamento moral com base nos próprios valores de quem olha, julga ou apenas comenta. Contemporaneamente, o relativismo é marca de uma forma de pensamento sobre a diferença que caracteriza a Ciência Social mais comprometida com a alteridade: a Antropologia. A ciência antropológica surge justamente com a organização teórica em torno de um relativismo considerado necessário para entender outras populações. Autores como o alemão Franz Boas (1858-1942), considerado um dos precursores da Antropologia, pressupunham que os pesquisadores deveriam colocar em suspensão os próprios valores ao descrever outras sociedades: só assim seria possível entendê-las nos próprios termos. Essa forma de pensar a diferença marca a Antropologia até hoje de tal modo que ela pode até ser considerada a ciência do relativismo. As formas contemporâneas de relativismo antropológico, entretanto, não significam simplesmente uma aceitação acrítica do comportamento e das práticas de outras sociedades: relativizar não significa ‘aceitar tudo’, em uma perspectiva próxima à dos sofistas. Relativizar significa colocar as práticas (tanto as que nos parecem estranhas como as que parecem evidentes) dentro de contextos sociológicos nos quais elas façam sentido. Relativizar, portanto, seria uma forma metodológica de compreender a diferença (Machado *et al.*, 2020, p. 74).

Por último, a sexta coleção aqui analisada, a Ser protagonista, da editora SM, é composta por uma editora-chefe licenciada em História e bacharela e Letras, e por cinco autores que compõem a “elaboração de originais”. Nenhum deles dispõe de formação na área de Ciências Sociais: há um bacharel em Instrumentos (mestre em



Música e doutor em Ciência da Comunicação), um bacharel e mestre em Administração, um bacharel em Direito e em Ciência Jurídica e Sociais, um bacharel em Geografia, e por último, um formado em Licenciatura em Pedagogia, mestre e doutor em Educação (Vaz, 2020).

A coleção tem uma dinâmica voltada para o protagonismo juvenil no contexto das relações sociais, apontando habilidades e tendências na “era de permanente conexão digital” e promovendo o que define como “cultura da paz” (Vaz, 2020). É organizada em seis projetos: 1) STEAM⁶: fazedores do espaço; 2) protagonismo juvenil: viver em comunidade; 3) mídiameducação: o mapa da vida; 4) mediação e conflito: a pesquisa que faz sentido; 5) protagonismo juvenil: empreendendo o futuro; e 6) STEAM: tecnologia, arte e ficção científica.

Identificamos o conceito de cultura como “um conceito antropológico”, assim descrito por Roque Laraia (Vaz, 2020, p. 20). A Antropologia aparece no manual do professor da coleção como área de conhecimento, direcionando o professor a apontar em sala de aula a importância de alguns antropólogos, como “Darcy Ribeiro e Claude Lévi-Strauss” (Vaz, 2020, p. 31).

OS MATERIAIS DIDÁTICOS NAS ESCOLAS

Nos estágios, pudemos observar a distribuição dos materiais didáticos no espaço escolar: muitos se encontram distribuídos no chão dos corredores, organizados em prateleiras, sob armários e arquivos, a depender de cada escola. Muitos professores os utilizam como consulta e complemento de algum conteúdo do livro de Sociologia que era utilizado antigamente por eles.

Quanto à prática, muitos dos docentes optam por utilizar livros anteriores ao Novo Ensino Médio, porque estes contêm maior desenvolvimento sobre as teorias, os temas e os conceitos da Sociologia. A necessidade da abordagem antropológica é também questionada pelos docentes e licenciandos.

Nas aulas de prática educativa no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFF de Campos dos Goytacazes, diante da atividade de elaborar um plano de aula com base nos volumes dos livros didáticos do PNLD/2021 por quatro editoras, nos anos de 2021, 2022 e no primeiro semestre de 2023, a grande dificuldade, minha e dos alunos de graduação, se encontrava na ausência ou no pouco desenvolvimento de algumas temáticas e/ou de seu aprofundamento por uma disciplina. Ao mostrarem

6 O STEAM aparece nesta coleção por meio de projetos integrando disciplinas, estimulando o estudante à criatividade. O trabalho com STEAM (ciência, tecnologia, engenharia, arte e matemática) é posicionado na coleção como um tipo de metodologia ativa.



pela primeira vez algumas das obras da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas nas turmas de segundo e terceiro anos, alguns licenciandos demonstraram estranhamento. Segundo uma estudante do sexto período, o material não era “ruim”, mas o conceito de cultura se encontrava apresentado de “forma rasa”: “Só tem história! Já esta parte aqui é mais geográfica” (2022).

Muitos dos licenciandos afirmavam ter optado pela Licenciatura em Sociologia em decorrência do professor que eles tiveram, no ensino médio, dessa área. No novo cenário, alguns se encontram realizando estágios com professores de Sociologia que ministram itinerários formativos. Em conjunto, observa-se, ao longo da atividade, pelas expressões corporais, sobretudo pelos olhares, inclinações de cabeça de alguns, um conjunto de incerteza e aflições de sua formação e atuação como futuros docentes. Essas ações e sensações vêm ao encontro das diversas descrições que Le Breton (2019) traz sobre a Antropologia das emoções:

[...] Para que um sentimento (ou emoção) seja experimentado ou expresso pelo indivíduo, ele deve pertencer, de uma forma ou de outra, ao repertório cultural do seu grupo. Um saber difuso circula por intermédio das relações sociais e ensina aos autores as impressões e as atitudes que se impõem, de acordo com suas sensibilidades pessoais, nas diferentes vicissitudes que podem afetar suas histórias. As emoções são modos de afiliação a uma comunidade social, uma maneira de se reconhecer e de poder se comunicar em conjunto sobre a base da proximidade sentimental. ‘Existem pessoas que nunca teriam se apaixonado se jamais tivessem ouvido falar do amor’, diz La Rochefoucauld (Le Breton, 2019, p. 157).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a identificação da cultura e, conseqüentemente, da abordagem antropológica no Novo Ensino Médio, é preciso compreender como o conceito de cultura se apresenta em algumas habilidades da BNCC (2018) para o ensino médio, uma vez que as obras de CHSA aplicam, em sua estrutura, essas noções já em sua apresentação. Esse é um dos pontos de diferenciação dessas coleções organizadas sob a nova temática de CHSA, quando comparadas aos livros didáticos de Sociologia.

Procurou-se mostrar o lugar da Antropologia no ensino de Sociologia a partir dos livros didáticos do PNLD de 2021. Para tal, procuramos mostrar de que forma a Antropologia é mobilizada nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pelas obras aprovadas pelo PNLD/2021.

Ao revisitarmos os conceitos, temas e teorias da cultura presentes nas obras, estamos problematizando o lugar da Antropologia na educação básica.

Sendo assim, falar sobre Antropologia na educação básica não pode se disso-



ciar do ensino de Sociologia, que vem carregando um histórico de lutas pela sua permanência enquanto disciplina na educação escolar. Contudo, o Novo Ensino Médio e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos levam a refletir sobre a existência de um “novo lugar” da Sociologia, uma vez que atribuem ímpeto ao seu papel. Ambas as mudanças instituem à Sociologia um “novo” *status*, obrigatoriamente, ao classificá-la enquanto “estudos e práticas”.

O Guia PNLD/2021 insere a Antropologia na área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O texto também refere que a nova matriz curricular traz como característica o “acolhimento” das culturas juvenis, considerando as singularidades e pluralidade dos estudantes, focando nos seus direitos, nas características, nos interesses, nos ritmos e papéis sociais. Contudo, na prática, observa-se a necessidade de questionamento a respeito dessa questão, visando a obter uma prática libertadora.

Mesmo diante da abordagem antropológica trazida aqui, há um conjunto de frustrações e dramas que identificamos na relação entre docentes, discentes e estagiários, somado às incertezas herdadas com a pandemia de Covid-19: a evasão, a retenção, o medo, a desvalorização da profissão docente. Nessa ritualização, há de se avaliar: em que sentido estamos, de fato, caminhando para uma relação entre ensino e aprendizagem (estabelecida com o NEM, com a BNCC de 2018 e materializada nos livros didáticos) enquanto arte de permanente transformação na vida social, um ato revolucionário?

No mais, o que pretendemos ao apontar o lugar da cultura pelo olhar antropológico e da educação por meio dos materiais didáticos, do NEM, da BNCC e da observação flutuante nas disciplinas de práticas educativas e nos estágios é a importância da Antropologia de se fazer presente no campo educacional. É neste exercício de observá-la que podemos conduzir e colaborar para a prática educativa, como analisado por Dauster (2015):

Uma ‘educação’ em antropologia vai além de nos fornecer um conhecimento do mundo, de pessoas e de suas sociedades. A prática antropológica ‘educa’ e forma outra percepção do mundo, abrindo olhos e mentes para outras possibilidades de existência. As perguntas feitas pelo antropólogo, mesmo tendo uma natureza filosófica, são jogadas no mundo, fora do seu gabinete de estudo. O ‘mundo’ é o que pensamos dele com o outro e não sobre o outro, estudando com os ‘outros’, em intermináveis conversas. A consciência de modos alternativos e formas de ser vai definir a atitude antropológica, a consciência de que tudo pode ser vivido e simbolizado de forma diferente. A ‘sensibilidade ao que é estranho no que está próximo aproxima a antropologia da arte’ (Ingold [...]) e é algo que pode ser transmitido no ensino da antropologia fora das ciências sociais (Dauster, 2015, p. 45).



Refletir sobre o lugar da Antropologia na educação básica é não apenas pensar enquanto abordagem, mas enquanto ciência. À luz da etnografia documental e da observação em sala de aula, é preciso observar o perigo da fragmentação da ciência nas obras didáticas, visto que estas fazem com que muitos alunos não percebam a existência e importância de uma ciência.



REFERÊNCIAS

BARTLETT, Lesley; TRIANA, Claudia. Antropologia da educação: introdução. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, e99887, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623699887>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BODART, Cristiano. Um retrato das pesquisas sobre livros didático de Sociologia no Brasil. **Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 31, p. 293-326, jul./dez. 2021.

BOURDIEU, Pierre. A 'juventude' é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho; TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges; ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; SILVA, Afrânio; LOUREIRO, Bruno; MIRANDA, Cassia Miranda; FERREIRA, Fátima; FERREIRA, Lier Pires; SERRANO, Marcela M.; ARAÚJO, Marcelo; COSTA, Marcelo; NOGUEIRA, Martha; OLIVEIRA, Otair Fernandes de; MENEZES, Paula; CORRÊA, Raphael M. C.; PAIN, Rodrigo; LIMA, Rogério; BUKOWITZ, Tatiana; ESTEVES, Thiago; PIRES, Vinicius Mayo. **Sociedade, política e cultura**. São Paulo: Moderna, 2020. (Coleção Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital PNLD 2021: Ciências humanas e sociais aplicadas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_proj_int_vida_pnld2021-didatico-ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo nº 6, de 2020**. Reconhece o estado de calamidade pública. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/DLG6-2020.htm>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece as normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Edital de convocação n. 03/2019 - CGPLI**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf. Acesso em 17 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Não paginado. Dispo-



nível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ciências humanas e suas tecnologias: Sociologia**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CARNIEL, Fagner. O ensino de sociologia e materiais didáticos. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (Org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió, AL: Café com Sociologia, 2020. p. 215-218.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; SOUZA, Rodrigo Diego de. O estágio curricular supervisionado em tempos de pandemia: um debate em construção. **Latitude**, Maceió, v. 15, edição especial, p. 286-310, 2021. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11400>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CÓSTOLA, Andresa. **‘Onde tem base, tem movimento’ empresarial: análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos pela Base nas redes públicas estaduais da região Sudeste**. 2021. 320 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2021.

COTRIM, Gilberto; ALVES, Alexandre; SILVA, Angela Corrêa da; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de; MOSCHKOVICH, Marília; LOZANO, Ruy. **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Ciência, cultura e sociedade**. São Paulo: Moderna, 2020. (Coleção Conexões). Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0028993273484182afb77>. Acesso em: 28 jun. 2020.

DAUSTER, Tania. Um diálogo sobre as relações entre etnografia, cultura e educação – representações e práticas. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 21, n. 44, p. 39-56, jan./abr. 2015.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 (especial), p. 1105-1128, out. 2007.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. Os livros didáticos como objeto da sociologia. **Pós**, Brasília, DF, v. 18, n. 2, p. 92-113, 2024.

FERNANDES, Raquel Brum. Professores na pandemia: percepções sobre o ensino de remoto de sociologia na pandemia de COVID-19. In: GONÇALVES, Danyelle Nilin; MARTINS, Rogéria (Org.) **Ensino de sociologia e pandemia: a experiência social no isolamento**. Belém: RFB, 2023. p. 45-66.

FONTES, Barbara de Souza. **Ente o ‘chão da escola’ e a universidade: a antropologia nos manuais didáticos de sociologia**. 2019. 234 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (Org.). **Cientistas sociais e o coronavírus**.



São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. 718 p. Disponível em: <https://www.trama.ufscar.br/cientistas-sociais-e-o-coronavirus-ebook-gratuito/>. Acesso em: 22 maio 2024.

HANDFAS, Anita; SANTOS, Mario Bispo. O livro didático de sociologia em debate. In: GONÇALVES, Danyelle Nilin (Org.). **Sociologia e juventude no ensino médio: formação, Pibid e outras experiências**. Campinas: Editora Pontes, 2013. p. 75-86.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LE BRETON, David. **Antropologia das emoções**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; GRECCO, Fabiana Sanches; GALASTRI, Leandro; RODRIGUES, Cassiano Terra; SILVA, Glaydson José da. **Sociedade e natureza**. Ensino médio. São Paulo: Scipione, 2020. (Coleção Contexto e ação).

MARTINI, Alice de; COSTA, Cristina; FREITAS, Eliano; VIEIRA, Felipe de Paula Góis; BACKX, Isabela; KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; ABREU, Marcelo; GAUDIO, Rogata Soares del. **Identidade em ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 20, p. 1-18, 2020.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-posições**, v. 23, n. 3, p. 51-66, set./dez. 2012.

NORMAS BRASIL. Deliberação CEE nº 376 de 23/03/2020. Norma Estadual - Rio de Janeiro - Publicado no DOE em 25 mar 2020. **Normas brasil**, [s. l.], 2020. Não paginado. Acesso em: 21 jun. 2024.

RAMA, Maria Angela Gomez; AZEVEDO, Gislane; GORGATTI, Isabela; CALBENTE, Leandro; SERIACOPI, Reinaldo. **Ciências humanas e sociais aplicadas**. São Paulo: FTD, 2020. (Coleção Prisma Ciências Humanas). Disponível em: <https://pnld.ftd.com.br/ensino-medio/ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas/prisma-ciencias-humanas/>. Acesso em: 22 maio 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Arquitetura do Novo Ensino Médio. **Novo Ensino Médio**, Rio de Janeiro, 2023. Não paginado. Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/como-eh-o-nem.php#arquitetura>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Resolução Seeduc nº 5.843 de 11 de maio de 2020. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: parte 1: Poder Executivo, Rio de Janeiro, ano 46, n. 83, p. 11, 12 maio 2020.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César (Coord.). **Sociologia**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. p. 15-44. (Coleção Explorando o Ensino, 15. v.).

SILVA, Ileizi Fiorelli; ALVES NETO, Henrique Fernandes. O processo de elaboração da



Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Rev. Espaço do Currículo** (on-line), João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 262-284, maio/ago. 2020.

VAZ, Valeria (Coord.). **Coleção Ser protagonista**: ciências humanas e sociais aplicadas. Manual do professor. 1. ed. São Paulo: SM, 2020. 6 v. Disponível em: <https://materiais.smbrasil.com.br/obras-pnld-2021-objeto-2-colecao-ser-protagonista-ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas>. Acesso em: 23 mai. 2024.

